



LEI MUNICIPAL Nº 3.162, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

*Orça a receita e fixa a despesa do
município para o exercício de 2007.*

BRUNO SILVA CONTURSI, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º A receita para o exercício de 2007 é orçada em R\$ 39.400.000,00 (Trinta e Nove Milhões e Quatrocentos Mil Reais), e será arrecadada de conformidade com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação geral:

RECEITAS CORRENTES	R\$	38.396.000,00
Tributárias	R\$	2.098.000,00
Contribuições	R\$	3.169.000,00
Patrimoniais	R\$	1.114.450,00
Agropecuária	R\$	1.000,00
Serviços	R\$	3.000,00
Transferências Correntes	R\$	34.924.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$	766.800,00
(-) Deduções das Receitas de Transferências	R\$	-3.680.250,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.004.000,00
Operações de Crédito	R\$	800.000,00
Alienação de Bens	R\$	1.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$	15.000,00
Transferências de Capital	R\$	188.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	R\$	39.400.000,00

Art. 2º A despesa para o exercício de 2007 é fixada em R\$ 39.400.000,00 (Trinta e Nove Milhões e Quatrocentos Mil Reais), e será realizada de conformidade com as especificações constantes dos anexos, que ficam fazendo parte integrante desta lei, obedecendo a seguinte classificação geral:

DESPESAS CORRENTES	R\$	33.891.500,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	20.084.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$	13.807.500,00



	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	R\$	4.529.500,00
Investimentos		R\$	2.813.500,00
Inversões Financeiras		R\$	266.000,00
Amortização da Dívida		R\$	1.450.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		R\$	354.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS		R\$	625.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA		R\$	39.400.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, de acordo com os disposto nos arts. 7º , 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64 e no art. 165, § 8º da Constituição Federal, a:

I – abrir crédito suplementar para atender despesas relativas a aplicação ou transferências de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II – abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III – abrir crédito suplementar com saldo de recurso vinculado não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;

IV – abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da receita orçada de acordo com art. 81, § 8º da Lei Orgânica do Município;

V – reabrir os créditos adicionais especiais e extraordinários, se aberto nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 5º A Receita e a Despesa da Fundação Venâncio Ramos da Silva e do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor, com as especificações constantes dos anexos, ficam fazendo parte integrantes desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

BRUNO SILVA CONTURSI

PREFEITURA MUNICIPAL
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Prefeito